DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

A N O XXIV

Florianópolis, 7 de novembro de 1957

NÚMERO 5.974

GOVERNO DO ESTADO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 29

O Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto no art. 52, item I, da Constituição do Estado, D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criado no município de Videira, o distrito policial de Pinheiro Preto, desmembrado do distrito de Iomerê, compreendendo os seguintes limites:

a) Com o município de Tangará: Partindo da Barra do Lajeado Silva ou Lucas, no rio do Peixe, por aquele lajeado acima até encontrar o travessão central da Linha Primavera, entre os lotes coloniais números 122 sul e 202 norte;

b) com o distrito de Iomerê: Começa do marco do travessão central Primavera, na margem esquerda do lajeado do Lucas por esse travessão em linha reta e seca rumo leste até encontrar o Rio do Peixe, entre as Colônias números um e dois, sobre o mesmo travessão;

c) com o distrito de Iomerê: Partindo no marco do travessão Primavera, à margem direita do Rio do Peixe, por este rio acima até encontrar o marco da linha denominada Lajeado da Cruz à margem esquerda do Rio do Peixe;

d) com o 1º sub-distrito da sede: Partindo do marco da Linha denominada Lajeado Cruz, na margem direita do Rio do Peixe, por esta linha, direção nordeste, até encontrar o marco norte da Colônia de Valentin Sebastian, junto a propriedade da Viúva Orsatto, desse marco, direção sul-oeste, passando entre as divisas das colônias de João Guzzi com as de Valentin Sebastian e Irmãos Testa, e as de Domingos Zucco, Pedro Perazzoli, Rafael Perazzoli e Antônio Perazzoli com as Colônias de Irmãos Testa até encontrar a cabeceira do Lajeado Pinheiro Preto;

e) com o município de Tangará: Começa na cabeceira do Lajeado Pinheiro Preto e por este abaixo até a sua barra no Rio do Peixe, por este abaixo até a barra do Lajeado Silva ou Lucas.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 26 de outubro de 1957.
HERIBERTO HULSE
Pelágio Parigot de Souza

DECRETO N. 43

O Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 34, letra "f", do decreto-lei n. 217, de 12-9-1946,

R E S O L V E:

Art. 1º — Aprovar o Plano Rodoviário do Município de Seára, apreciado pelo Conselho Rodoviário do Estado e constante da lei n. 16/57, de 22 de julho de 1957.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 11 de outubro de 1957.

HERIBERTO HULSE
Aroldo Carneiro de Carvalho

DECRETO N. 75

O Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de contrato de locação do prédio sito à rua Lauro Müller s. n., em Indaial, para nele ser instalado o Posto de Defesa Sanitária Animal, da Diretoria da Produção Animal, da Secretaria da Agricultura, que entre si fazem o Estado e o senhor Antônio Martins.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 21 de outubro de 1957.

HERIBERTO HULSE
Mário Orestes Brusa

Termo de contrato de locação, do prédio sito à rua Lauro Müller, s. n., na cidade de Indaial, que entre si fazem o Governo do Estado de Santa Catarina e o senhor Antônio Martins, na forma que abaixo se declara:

Aos dias 4 (quatro) de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete (1957), nesta Procuradoria Fiscal da Fazenda Estadual, localizada em uma das salas do 1º pavimento do Palácio das Secretarias, compareceram de um lado o Governador do Estado de Santa Catarina, devidamente representado pelo senhor doutor Antônio Romeu Moreira, Procurador Fiscal do Estado, daqui por diante "Locatário" e, por outro lado o senhor Antônio Martins, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Indaial, daqui por diante "Locador", declarando ambas as partes contratantes vir assinar o presente termo de contrato de locação, cujas bases forem previamente aprovadas pelo excelentíssimo senhor Governador do Estado.

CLAUSULA I

O senhor Antônio Martins, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Indaial, dá em locação ao Estado de Santa Catarina, o prédio de sua propriedade, localizado na cidade de Indaial, à rua Lauro Müller, s. n.,

para nele ser instalado o Posto de Defesa Sanitária Animal da Diretoria da Produção Animal.

CLAUSULA II

O prazo de locação é de 24 (vinte e quatro) meses a contar de 6 de outubro do ano de 1956, e a expirar em 6 de outubro de 1958.

CLAUSULA III

O aluguel mensal é de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), sendo o pagamento dessa importância efetuado pelo Tesouro do Estado, até o dia 5 (cinco) de cada mês posterior ao vencimento, correndo a despesa correspondente ao exercício de 1956, mediante relacionamento em restos a pagar e nos exercícios de 1957 e 1958, pelas verbas correspondentes consignadas nos respectivos orçamentos.

CLAUSULA IV

Qualquer majoração nos impostos e taxas incidentes sobre o referido prédio bem como aqueles impostos e taxas existentes, ou os que vierem a ser criados, correrão por conta do Locador, como também por conta dele correrá o seguro contra o fogo do prédio e a taxa d'água.

CLAUSULA V

Ficam a cargo do Locador as obras que se fizerem necessárias e sejam exigidas para a segurança do prédio, correndo por conta do Locatário as outras obras úteis ou suntuárias de forma que quaisquer que sejam as ditas obras, o Locatário ficará obrigado ao pagamento do aluguel, salvo caso de força maior e a Juízo do Estado.

CLAUSULA VI

O Locatário se obriga a manter em perfeito estado de conservação o prédio ora locado procedendo no devido tempo, a quaisquer reparos, que se fizerem necessários e que tenham sido organizados pelo uso normal, bem como a entrega da coisa arrendada, finda a locação e pertences do imóvel, seja no que diz respeito a todas as instalações sem direito algum à indenização ou retenção, por benfeitorias, ainda que necessárias.

CLAUSULA VII

O Locador poderá vender o prédio ora locado, durante a vigência deste contrato, contanto que fique consignado na respectiva escritura de compra e venda, a obrigação em que ficará o comprador de respeitar o presente contrato em todas as suas cláusulas e até a sua terminação.

CLAUSULA VIII

O prédio ora arrendado se destina a funcionar a Posto de Defesa Sanitária Animal da Diretoria de Produção Animal.

CLAUSULA IX

O Locador e o Locatário, se obrigam a respeitar este contrato tal e qual se acha redigido, incorrendo o contratante, que der lugar a rescisão a multa igual a soma dos alugueres correspondentes ao tempo que ainda faltar para a terminação do contrato, não podendo tal multa ser inferior a Cr\$ 6.000,00.

CLAUSULA X

O presente contrato somente produzirá seus jurídicos e legais efeitos após devidamente aprovado e registrado pelo Tribunal de Contas do Estado.

CLAUSULA XI

Fica eleito o fóro desta Capital, com renúncia expressa do de domicílio, que de futuro venham a ter as partes contratantes, para todas as questões fundadas neste contrato.

CLAUSULA XII

O presente contrato está isento de selo federal "ex-vi", do disposto no art. 15, inciso 5º, da Constituição Federal.

E, como assim foi dito e à vista da autorização contida em o ofício n. 3.379, de 10 de outubro de 1957, da Secretaria de Estado dos Negócios de Fazenda, mandou o senhor doutor Antônio Romeu Moreira, Procurador Fiscal do Estado, lavrar o presente termo de contrato de locação, que o assina juntamente com o senhor Antônio Martins, bem como as testemunhas a este ato presentes, senhores Aparício de Abreu Neto, brasileiro, casado, comércio, residente e domiciliado à rua Laura Caminha Meira, n. 17 e Aristiliano de Abreu Neto, brasileiro, casado, comércio, residente e domiciliado à Avenida Mauro Ramos, 4 — sobrado, para todos os efeitos legais e seu fiel cumprimento.

Eu, Dlíma Zomer, Auxiliar de Escritório, referência X, servindo nesta Procuradoria Fiscal, o escrevi.

Sobre selos estaduais no valor de Cr\$ 12,00 (doze cruzeiros) e taxas de saúde no valor de Cr\$ 8,00 (oito cruzeiros), devidamente inutilizados constam as assinaturas de Antônio Romeu Moreira e Antônio Martins, e mais abaixo as assinaturas de Aparício de Abreu Neto e Aristiliano de Abreu Neto.

DECRETO N. 87

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

D E C R E T A:

Artigo único — É fixada a data de 10 de novembro próximo vindouro, para a instalação do distrito de Rio Rufino, no município de Urubici, na comarca de Bom Retiro, e a que se refere a lei n. 315, de 17 de outubro de 1957.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 11 de outubro de 1957.

JORGE LACERDA
Aroldo Carneiro de Carvalho

DECRETO N. 88

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

D E C R E T A:

Artigo único — É fixada a data de 19 do corrente, para a instalação do distrito de Bom Jesus, no município e comarca de Xanxerê, e a que se refere a lei n. 299, de 7 de agosto de 1957.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 6 de novembro de 1957.

JORGE LACERDA
Aroldo Carneiro de Carvalho

As assinaturas de "DIÁRIO OFICIAL" poderão ser tomadas em qualquer época, sempre pelo prazo de um ano, observada a seguinte tabela:

Particulares	Cr\$ 150,00
Funcionários	Cr\$ 120,00

Para facilitar aos senhores assinantes, vai impressa junto ao endereço a data do término da assinatura, que será suspensa tão logo esteja vencida. Pede-se o obsequio de renová-la com antecedência de 30 dias. Serão aceitos para publicação os

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO

DIÁRIO OFICIAL

DIRETOR
PAULO HENRIQUE BLASI

Rua Jerônimo Coelho, n. 15 — Cx. Postal 138
Telefones: Diretor — 3079 — Portaria — 2688

telegramas, somente sendo levada a publicação, após haver a Tesouraria recebido a importância relativa. As reclamações pertinentes à matéria retribuída, em casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Secção de Redação, no máximo, até cinco dias depois da saída do jornal. As Repartições Públicas deverão providenciar para que a matéria destinada à publicidade seja entregue com um dia de antecedência.

mente originais dactilografados de um só lado do papel e autenticados, ressaltados, por quem de direito, as emendas e rasuras que nos mesmos se verificarem. A comunicação do preço é feita por

DECRETO N. 90

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,
DECRETA:
Artigo único — É fixada a data de 25 de novembro próximo vindouro, para a instalação do distrito de Itaberaba, no município e comarca de Chapecó, e a que se refere a lei n. 287, de 27 de junho de 1957.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 6 de novembro de 1957.
JORGE LACERDA
Aroldo Carneiro de Carvalho

DECRETO N. 91

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,
DECRETA:
Artigo único — É fixada a data de 25 de novembro próximo vindouro, para a instalação do distrito de Cairú, no município e comarca de Chapecó, e a que se refere a lei n. 302, de 16 de agosto de 1957.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 6 de novembro de 1957.
JORGE LACERDA
Aroldo Carneiro de Carvalho

DECRETO N. 92

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,
DECRETA:
Artigo único — É fixada a data de 24 de novembro próximo vindouro, para a instalação dos distritos Marechal Bormann e Serrinha, ambos na comarca de Chapecó, e a que se referem as leis n. 303 e 304, de 16 de agosto de 1957.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 6 de novembro de 1957.
JORGE LACERDA
Aroldo Carneiro de Carvalho

DECRETO N. 93

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,
DECRETA:
Artigo único — É fixada a data de 25 do corrente, para a instalação do distrito de Veloso, no município e comarca de Videira, e a que se refere a lei n. 288, de 27 de junho de 1957.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 6 de novembro de 1957.
JORGE LACERDA
Aroldo Carneiro de Carvalho

DECRETO N. 494

O Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,
DECRETA:
Art. 1º — Fica criada uma Escola Supletiva no 2º Batalhão Rodoviário da cidade de Lajes.
Parágrafo único — A referida escola funcionará no ano letivo de 1958.
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 18 de outubro de 1957.
HERIBERTO HULSE
Paulo de Tarso da Luz Fontes

DECRETO N. 495

O Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,
DECRETA:
Art. 1º — Fica convertida em Escolas Reunidas com a denominação de "Coronel José Atanásio de Láz e Lemos", a Escola Isolada de Piúrras, distrito de Bocaina do Sul, município de Lajes.
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 18 de outubro de 1957.
HERIBERTO HULSE
Paulo de Tarso da Luz Fontes

DECRETO N. 496

O Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,
DECRETA:
Art. 1º — Fica transferida para a localidade de Taquari, distrito de Palmei, a Escola Isolada de Cachoeirinha, distrito da sede, ambas no município de Lajes.
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 18 de outubro de 1957.
HERIBERTO HULSE
Paulo de Tarso da Luz Fontes

DECRETO N. 500

O Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa

Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:
Art. 1º — Fica aprovado o centésimo quinquagésimo sexto pecúlio, no valor de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00), concedido pela Beneficência dos Professores de Santa Catarina, atualmente com 8.353 associados, mensalidades de dez cruzeiros (Cr\$ 10,00) e um milhão quinhentos e quarenta e um mil e novecentos cruzeiros (Cr\$ 1.541.900,00) de pecúlios pagos, aos herdeiros do professor Ricardo Hoffmann, falecido em 17 de junho de 1957.
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 30 de outubro de 1957.
HERIBERTO HULSE
Paulo de Tarso da Luz Fontes

DECRETO N. 501

O Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:
Art. 1º — Fica aprovado o centésimo quinquagésimo sétimo pecúlio, no valor de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00), concedido pela Beneficência dos Professores de Santa Catarina, atualmente com 8.353 associados, mensalidades de dez cruzeiros (Cr\$ 10,00) e um milhão quinhentos e sessenta e um mil e novecentos cruzeiros (Cr\$ 1.561.900,00) de pecúlios pagos, a herdeira do professor Henrique Brüggmann, falecido a 18 de outubro de 1957.
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 30 de outubro de 1957.
HERIBERTO HULSE
Paulo de Tarso da Luz Fontes

DECRETO N. 502

O Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:
Art. 1º — Fica transferida para a localidade de Valada do Taboão, distrito e município de Rio do Sul, a escola isolada de Itoupava Norte, distrito e município de Blumenau.
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 30 de outubro de 1957.
HERIBERTO HULSE
Paulo de Tarso da Luz Fontes

Decreto de 29 de outubro de 1957

O GOVERNADOR, EM EXERCÍCIO, RESOLVE

Nomear:
De acordo com o art. 174, da lei n. 634, de 4 de janeiro de 1952: Claudino Frâncio para exercer, vitaliciamente, o cargo de Escrivão de Paz, do distrito de Pinheiro Preto, do município e comarca de Videira. (Reproduzido por ter saído com incorreção).

Portarias de 29 de outubro de 1957

O GOVERNADOR, EM EXERCÍCIO, RESOLVE

Conceder licença:
De acordo com o art. 131, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954: A Américo José de Oliveira, ocupante do cargo da classe B-19 da carreira de Médico Radiologista, do Quadro de Poder Executivo, lotado no Centro de Saúde de Lajes, por 60 dias, com vencimentos integrais e a

contar de 7 de outubro corrente. A Cecília Ponciano Simiano, ocupante da função de Auxiliar de Cozinha Dietética, referência VII, lotada no Centro de Saúde de Guatá, por 60 dias, com vencimentos integrais, e a contar de 26 de setembro do ano em curso.

Conceder licença, em prorrogação:
De acordo com o art. 131, da lei n. 198, combinado com o art. 125, da mesma lei, de 18 de dezembro de 1954:

A Hilda Teichmann, ocupante do cargo da classe B-6 da carreira de Atendente, do Quadro do Poder Executivo, lotada no Centro de Saúde de Joinville, por 20 dias, com vencimentos integrais e a contar de 25 de julho pretérito.

Retificar:
A portaria de 18 de setembro último, que licenciou a Atendente, classe B-6, Hilda Teichmann, lotada no Centro de Saúde de Joinville, na parte que se refere à contagem, que deverá ser a partir de 15 de agosto e não como consta no referido ato.

SECRETARIAS DE ESTADO

INTERIOR E JUSTIÇA

Portaria de 29 de outubro de 1957

O SECRETÁRIO, EM EXERCÍCIO, RESOLVE

Licenciar, "ex-officio":

De acordo com o art. 131, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954: Por nove (9) dias, com vencimentos integrais, o Expeditor, padrão

I-5, lotado na Imprensa Oficial do Estado, Osmar Felix Vilella.

Portaria de 30 de outubro de 1957
O SECRETÁRIO, EM EXERCÍCIO, RESOLVE

Conceder licença:
De acordo com o art. 131, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954: Por seis (6) dias, com vencimentos integrais, o Artífice, referência VIII, lotado na Imprensa Oficial do Estado, Sebastião da Silva Porto.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Portarias de 8 de março de 1957

O SECRETARIO RESOLVE

Admitir:

De acordo com a lei n. 277, de 18 de julho de 1949 e com o salário diário de Cr\$ 37,80, correndo a despesa por conta da dotação 34-1-036, do orçamento vigente:

A Regente de Ensino Primário Maria Rogéria Elias para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola isolada de São Pedro, distrito de Águas Brancas, no município de Bom Retiro.

De acordo com a lei n. 277, de 18 de julho de 1949 e com o salário diário de Cr\$ 32,20, correndo a despesa por conta da dotação 34-1-036, do orçamento vigente:

Niracy Moreira Goedert para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola isolada de Maria Quitéria, distrito e município de Lajes, a contar de 1º de março de 1957.

Maria da Luz de Oliveira para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola Fazendas dos Mottas, distrito de São José do Cerrito, município de Lajes, a contar de 15 de março de 1957.

Rosalina Soares de Figueredo para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola isolada de Goiabeira, distrito de Bocaina do Sul, município de Lajes, a contar de 15 de março de 1957.

Nilva Schmidt para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola isolada de Rio dos Touros, distrito de Correla Pinto, município de Lajes, a contar de 15 de março de 1957.

Juliete da Silva Maluche para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola isolada de Fazenda dos Maluches, distrito de Índios, município de Lajes, a contar de 15 de março de 1957.

Portarias de 9 de março de 1957

O SECRETARIO RESOLVE

Conceder licença:

De acordo com o art. 131, combinado com o art. 137, da lei n. 198, de 18-12-954:

A Maria Moser, Regente de Ensino Primário, padrão I-2 (Grupo Escolar "Eliseu Guilherme", de Ibirama), de 30 dias, com vencimento integral, a contar de 12 de outubro de 1956.

A Lúcia Buksel, Regente de Ensino Primário, padrão I-2 (Escola isolada de Banhados I, distrito e município de São Bento do Sul), de 15 dias, com vencimento integral, a contar de 14 de fevereiro de 1957.

De acordo com o art. 139, da lei n. 198, de 18-12-954:

A Catarina Christakis Heil, Professora Normalista, B-7 (Grupo Escolar "Silveira de Souza", de Florianópolis), de 120 dias, com vencimento integral, a contar de 4 de fevereiro de 1957.

A Irene Rodrigues da Luz, Professora Auxiliar (Escola isolada de Rio Vermelho, distrito e município de São Bento do Sul), de 60 dias, com vencimento integral, a contar de 13 de janeiro de 1957.

Portarias de 11 de março de 1957

O SECRETARIO RESOLVE

Conceder licença:

De acordo com o art. 131, combinado com o art. 137, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A Teresinha de Jesus Xavier da Rosa, Regente de Ensino Primário, padrão I-2 (Escola Particular "Dr.

Lins de Vasconcelos", sub-distrito do Estreito, município de Florianópolis), de 30 dias, com vencimento integral, a contar de 20 de fevereiro de 1957.

A Jurema Ferreira Beiro, Zeladora, referência VII (Escolas Reunidas "Profª Maria do Carmo Lopes", de Serraria, distrito e município de São José), de 15 dias, com vencimento integral, a contar de 20 de novembro de 1956.

A Maria Santos Rabêlo Rebêlo, Professora Complementarista, referência VII (Escolas Reunidas "Profª Maria da Glória Silva", distrito de Içara, município de Criciúma), de 30 dias, com vencimento integral, a contar de 3 de abril de 1956.

De acordo com o art. 139, da lei n. 198, de 18-12-954:

A Isabel Maria da Silva Moreira, Zeladora, referência VII (Escolas Reunidas "São Pedro", de São Pedro de Guamiranga, município de Guarimirim), de 120 dias, com vencimento integral, a contar de 11 de fevereiro de 1957.

A Dalva Fagundes da Silva, Professora diarista (Escola isolada de Vargem Pequena II, distrito de Canasvieira, município de Florianópolis), de 120 dias, com vencimento integral, a contar de 18 de fevereiro de 1957.

A Diná dos Santos Melo, Regente de Ensino Primário, padrão I-2 (Escolas Reunidas "Prof. Salomão José da Silva", da vila de Ganchos, município de Biguaçu), de cento e vinte (120) dias, a contar de 13 de fevereiro de 1957, com vencimento integral.

A Benta Georgina da Silva, Professora diarista (Escola de Inglêses do Rio Vermelho (Sede), distrito de Inglêses do Rio Vermelho, município de Florianópolis), de 120 dias, com vencimento integral, a contar de 11 de fevereiro de 1957.

A Joanita Miriam Harger Heinzen, Professora Normalista, classe B-7 (Ginásio "Antonietta de Barros", de Florianópolis), de 120 dias, com vencimento integral, a contar de 4 de fevereiro de 1957.

A Rosa Medeiros Martignago, Zeladora, referência VII (Escolas Reunidas "Padre Clemente", de Farroupilha, distrito e município de Orleães), de 60 dias, com vencimento integral, a contar de 6 de fevereiro de 1957.

A Maria do Carmo Farias, Zeladora, referência VII (Secretaria de Educação e Cultura, da cidade de Florianópolis), de 120 dias, com vencimento integral, a contar de 28 de janeiro de 1957.

Conceder dispensa:

A Djalma Marques Escaravaco, da função de Professor diarista (Grupo Escolar "Antônio João", da vila de Içara, município de Criciúma), a contar de 15 de fevereiro de 1957.

Admitir:

Enedina dos Santos Passos na função de Servente, referência VII, da T. N. M. da Secretaria de Educação e Cultura (Escola Profissional Feminina, da cidade de Criciúma), criada pela lei n. 1.560, de 31 de outubro de 1956, a contar de 7 de março de 1957, correndo a despesa por conta da dotação 33-1-022, do orçamento vigente.

Irene Zilli para exercer a função de Zelador, referência VII, da T. N. M. da Secretaria de Educação e Cultura (Escola Profissional Feminina, da cidade de Criciúma), criada pela lei n. 1.560, de 31 de outubro de 1956, a contar de 7 de março de 1957, correndo a despesa por conta da dotação 33-1-022, do orçamento vigente.

Com o salário diário de Cr\$ 32,20 (trinta e dois cruzeiros e vinte centavos), correndo a despesa por

conta da dotação 34-1-036, do orçamento vigente:

Líliá Ferreira da Maia para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola isolada de Jacu, no município de Araquari, a contar de 15 de fevereiro de 1957.

De acordo com a lei n. 277, de 18 de julho de 1949 e com o salário diário de Cr\$ 28,00, correndo a despesa por conta da dotação 34-1-036, do orçamento vigente:

Deolinda de Oliveira Souza para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor Auxiliar na Escola isolada de Colônia Penal, distrito de Canasvieiras, município de Florianópolis, a contar de 1º de março de 1957.

Portarias de 12 de março de 1957

O SECRETARIO RESOLVE

Pôr à disposição:

Helena Jordelina Furlam, Zeladora, referência VII (Escolas Reunidas "Rosa Torres de Miranda", de Barreiros, município de Florianópolis), da Secretaria de Educação e Cultura, a contar de 12 de março de 1957.

Admitir:

De acordo com a lei n. 277, de 18 de julho de 1949 e com o salário

diário de Cr\$ 37,80 (trinta e sete cruzeiros e oitenta centavos), correndo a despesa por conta da dotação 34-1-036, do orçamento vigente:

O Regente de Ensino Primário Anenor Valentim Girardi para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola isolada de São Pascoal (Colônia Oco), distrito de Irineópolis, município de Pôrto União, a contar de 1º de março de 1957.

SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DE SAUDE PUBLICA

Portaria de 4 de novembro de 1957

O DIRETOR, EM EXERCICIO, RESOLVE

Designar:

De acordo com o decreto-lei n. 71, de 22 de julho de 1957:

O dr. Antônio d'Almérico para exercer a título precário, a função de Delegado de Higiene, do município de Piratuba, vaga em virtude da dispensa do dr. Carlos Neto Leite.

FAZENDA

TESOURO DO ESTADO SUBDIRETORIA DE CONTABILIDADE

MOVIMENTO DA TESOURARIA, EM 30 DE OUTUBRO DE 1957

Saldo do dia 29 (Em Caixa)	Cr\$ 5.755.471,40
Recebimentos	1.399.329,70
	Cr\$ 7.154.801,10
Pagamentos	1.297.232,50
Saldo para o dia 31 (Em Caixa)	5.857.568,60
	Cr\$ 7.154.801,10

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Estabelecimentos	DO ESTADO	Depósitos Especiais	Depósitos Divs. Orig.	Montepio	Total
Tesouraria	2.553.171,20	4.973,00	1.611.455,80	1.687.968,60	5.857.568,60
Em Bancos	23.813.787,90	112.294.925,90	10.491.524,80	466.180,50	147.066.419,10
TOTAIS	26.366.959,10	112.299.898,90	12.102.980,60	2.154.149,10	152.923.987,70

Flávio Filomeno
Encar. do Contrôlê

Accácio Mello
Tesoureiro

Francisco Gouvêa, Subdiretor.

MOVIMENTO DA TESOURARIA, EM 31 DE OUTUBRO DE 1957

Saldo do dia 30 (Em Caixa)	Cr\$ 5.857.568,60
Recebimentos	11.142.843,40
	Cr\$ 17.000.412,00
Pagamentos	9.941.837,40
Saldo para o dia 4 (Em Caixa)	7.058.574,60
	Cr\$ 17.000.412,00

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Estabelecimentos	DO ESTADO	Depósitos Especiais	Depósitos Divs. Orig.	Montepio	Total
Tesouraria	3.777.196,50	4.973,00	1.628.016,00	1.648.389,00	7.058.574,60
Em Bancos	17.956.938,70	107.224.325,90	10.491.524,80	466.180,50	136.138.969,90
TOTAIS	21.734.135,30	107.229.298,90	12.119.540,80	2.114.569,50	143.197.544,50

Flávio Filomeno
Encar. do Contrôlê

Accácio Mello
Tesoureiro

Francisco Gouvêa, Subdiretor.

MOVIMENTO DA TESOURARIA, EM 4 DE NOVEMBRO DE 1957

Saldo do dia 31 (Em Caixa)	Cr\$ 7.058.574,60
Recebimentos	13.217.321,10
	Cr\$ 20.275.895,70
Pagamentos	14.206.003,20
Saldo para o dia 5 (Em Caixa)	6.069.892,50
	Cr\$ 20.275.895,70

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Estabelecimentos	DO ESTADO	Depósitos Especiais	Depósitos Divs. Orig.	Montepio	Total
Tesouraria	2.766.671,10	4.973,00	1.693.376,70	1.604.871,70	6.069.892,50
Em Bancos	8.476.475,70	104.761.095,90	10.491.524,80	466.180,50	124.195.276,90
TOTAIS	11.243.146,80	104.766.068,90	12.184.901,50	2.071.052,20	130.265.169,40

Flávio Filomeno
Enc. Contrôlê

Accácio Mello
Tesoureiro

Francisco Gouvêa, Subdiretor.

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA FAZENDA

Portarias de 24 de outubro de 1957

O DIRETOR RESOLVE

Dispensar:

Donaldo Clementi Sassi da função de Guarda Fiscal, referência X, com exercício no Pôsto de Fiscalização de Ilha Redonda, município de Palmitos. Anadil José da Silva da função de Guarda Fiscal, referência X, com exercício no Pôsto de Fiscalização de Passarinhos, município de Palmitos.

Admitir:

De acôrdo com o art. 19. do decreto-lei n. 1.023, de 29 de maio de 1954: Donaldo Clemente Sassi para exercer a função de Guarda Fiscal, referência X, e ter exercício no Pôsto de Fiscalização de Passarinhos, município de Palmitos.

Anadil José da Silva para exercer a função de Guarda Fiscal, referência X, e ter exercício no Pôsto de Fiscalização de Ilha Redonda, município de Palmitos.

VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Requerimentos despachados

21 DE OUTUBRO

Livraria e Papelaria Recorde Ltda. — Pague-se, à vista das informações, a quantia de Cr\$ 1.740,00, desentranhando-se os documentos necessários à comprovação da despesa, de acôrdo com o decreto n. 622, de 28-11-938.

24 DE OUTUBRO

Materiais de Construções Itajaf Ltda. — Pague-se, à vista das informações, a quantia de Cr\$ 26.008,90, desentranhando-se os documentos necessários à comprovação da despesa, de acôrdo com o decreto n. 662, de 28-11-938.

25 DE OUTUBRO

Banco INCO — Procurador Basílio Humenhuk — Canoíhas — Pague-se, à vista das informações, a quantia de Cr\$ 4.513,40, desentranhando-se os documentos necessários à comprovação da despesa de acôrdo com o decreto n. 622, de 28-11-938.

28 DE OUTUBRO

Dorival da Silva Lino — Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 9.500,00, idem, idem.

29 DE OUTUBRO

Carlos Hoepcke S. A. Com. e Ind. — Pague-se, à vista das informações, a quantia de Cr\$ 12.969,50, desentranhando-se os documentos necessários à comprovação da despesa, de acôrdo com o decreto n. 622, de 28-11-938.

Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S. A. — Pague-se idem, idem, a quantia de Cr\$ 5.685,80, idem, idem.

Casa da Borracha — Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 495,00, idem, idem.

30 DE OUTUBRO

Ulysséia, Gentil & Cia. Ltda. — Pague-se, à vista das informações, a quantia de Cr\$ 2.200,00, desentranhando-se os documentos necessários à comprovação da despesa, de acôrdo com o decreto n. 622, de 28-11-938.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONSELHO RODOVIÁRIO

Requerimento despachado

30 DE OUTUBRO

Proc. da Empresa Auto-Viação Viçal — Requerendo prolongamento de

sua linha Santo Amaro da Imperatriz-Florianópolis, e vice-versa, até Quecaba, no mesmo município de Santo Amaro da Imperatriz — Como requer.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS

Portarias de 31 de outubro de 1957

O DIRETOR RESOLVE

Alterar:

A escala de férias baixada por esta Diretoria, na parte que se refere ao sr. Arnaldo Arnaldo da Luz, Tesoureiro, padrão I-19, desta Diretoria, transferindo-as para o corrente mês.

A escala de férias baixada por esta Diretoria, na parte que se refere ao sr. Jorge Kacoullas, Auxiliar de Engenheiro contratado, desta Diretoria, transferindo-as para o corrente mês.

Edital de concorrência pública

De ordem do engenheiro diretor de Obras Públicas, comunico que serão aceitas na portaria desta Diretoria, até o dia 20 de novembro do corrente ano, às 15 horas, propostas para fornecimento e instalação de 4 elevadores, na obra do "Edifício das Diretorias", sito na cidade de Florianópolis, à rua Tenente Silveira, esquina com a rua Deodoro, devendo cada elevador satisfazer às seguintes características mínimas:

1º — Velocidade — com duas velocidades, no mínimo, com aceleração e diminuição automática, sendo:

a) alta velocidade de 105 a 110 m/seg.
b) baixa velocidade, inferior a 20 m/seg.

2º — Capacidade para 16 pessoas.
3º — Acabamento de luxo, com madeira de lei, côr natural nas cabines, a ser escolhida oportunamente por proposta dos fornecedores.

4º — Nivelamento automático.
5º — Contrôlê automático e manual.
6º — Com porta de emergência, permitindo a passagem de um elevador para outro.

7º — Portas tipo de correr de abertura e fechamento elétrico e automático.
8º — Anunciador de chamada do tipo numérico, com colunas de "subida" e "descida", com desparição elétrica, em cada carro.

9º — Ventilador embutido.
10 — Indicador de posição — luminoso, horizontal, que indique ainda o sentido do tráfego instalado sobre a porta de cada elevador, seja no elevador, seja nos Halls, de acabamento a ser especificado oportunamente, de acôrdo com o acabamento da obra.

11 — Aparelhagem de segurança, exigido pelas normas brasileiras e pela segurança do serviço.
12 — Iluminação dos carros com luz fria, indireta.

13 — Percursos com 12 e 13 paradas respectivamente, compreendendo o trecho 1º ao 12º pavimento, e térreo ao 12º pavimento, conforme planta devidamente rubricada a ser fornecida aos interessados na Secção Técnica da Diretoria de Obras Públicas, no período do expediente da tarde, das 14 às 17 horas.

Deverá para cada elevador, serem previstos sistemas de contrôlê para as seguintes modalidades de paradas, a fim de atender as necessidades de serviço:

a) em todos os pisos;
b) em pisos alternados;
c) para diversos pisos agrupados em secção, (exemplo: parada só no 6º, 7º, 8º, 9º e 10º piso).

14 — Botoeira de chamada para cada

elevador em cada pavimento, com acabamento idêntico ao que será especificado para os indicadores a serem instalados por sobre as portas dos elevadores, nos halls.

15 — Outras características indicadas pela técnica, que permitam o perfeito acabamento e funcionamento dos elevadores.

16 — Só serão aceitas marcas de elevadores amplamente conhecidas, de comprovada eficiência e cujo bom funcionamento seja ainda reconhecido por atestados de qualidade fornecidos por firmas ou pessoas de reconhecida capacidade para opinarem sobre o assunto.

I — Condições gerais:

Deverá a firma vencedora, por sua exclusiva conta e responsabilidade, providenciar a instalação dos elevadores por pessoa ou pessoas devidamente habilitadas, entendendo-se o preço da proposta para o material entregue devidamente funcionando.

Ficará a cargo da Diretoria de Obras Públicas, de acôrdo com as indicações a serem prestadas pela firma fornecedora, o preparo das caixas dos elevadores, bem como, da casa de máquinas; os trabalhos de alvenaria para assentamento dos elevadores, todos os serviços de pedreiro, desde que solicitados, ligação de luz e força até o local das máquinas, o fornecimento de energia elétrica para os trabalhos de montagem e experiência dos elevadores.

A energia elétrica para abastecimento dos elevadores será fornecida em alta tensão, correndo por conta da Diretoria de Obras Públicas a instalação e ligação do transformador especialmente necessário para esse fim, mediante indicação pela firma fornecedora, da potência exigida, que deverá constar na proposta.

II — Condições e características mínimas da proposta:

A proposta deverá claramente especificar todas as condições abaixo relacionadas:

a) marca e procedência dos elevadores ofertados;

b) indicação clara das características dos elevadores ofertados, satisfazendo, no mínimo, ao exigido pelo presente edital;

c) indicação clara de todas as características dos elevadores ofertados, ilustradas, se necessário, com desenhos, plantas ou folhetos;

d) compromisso de fornecimento e instalação dos elevadores, caso vencedora, devendo os mesmos serem entregues em perfeita ordem e funcionamento;

e) garantia oferecida e prazo de garantia;

f) prazo mínimo de fornecimento e instalação, que não poderá ultrapassar 10 meses, a partir da data da encomenda;

g) prazo de validade da proposta, não inferior a 90 dias;

h) condições de fornecimento;

i) condições de pagamento, devendo ser prevista uma caução de 5%, para cumprimento do contratado, descontável no ato dos pagamentos das prestações, que será devolvida 90 dias após a entrega e aceite oficial dos elevadores, mediante requerimento;

j) assistência técnica prevista;

k) descontos especiais concedidos;

l) local do faturamento;

m) prova de que depositou no Tesouro do Estado, em moeda corrente ou apólices da dívida pública federal ou estadual, a caução de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), para garantia da assinatura do contrato de fornecimento, uma vez declarado vencedor.

A caução acima referida poderá ser retirada, mediante requerimento, após julgamento das propostas apresentadas, registro no Tribunal de Contas da concorrência e assinatura do respectivo contrato de fornecimento;

n) anuência de perda da caução referida na letra m, do item II, no caso de não assinar, por recusa ou omissão o contrato de fornecimento, até 10 dias após cientificado vencedor;

o) declaração expressa de sujeitar-se a todas as disposições da lei n. 96-A, de 23 de abril de 1938, bem como do estatuto n.º presente edital de concorrência pública;

p) declaração expressa de que o proponente, caso vencedor, se obriga a conferir as dimensões necessárias na própria obra, não cabendo nenhuma responsabilidade à Diretoria de Obras Públicas neste sentido;

q) declaração expressa de que as indicações necessárias para execução dos serviços complementares para a instalação dos elevadores, a cargo da diretoria, serão fornecidos até no máximo 30 dias após a assinatura do contrato de fornecimento;

r) indicação dos preços unitários e totais para as seguintes variantes:

a) 4 (quatro) elevadores com percurso do 1º ao 12º pavimento, com 12 paradas;

b) 3 (três) elevadores com percurso do 1º ao 12º pavimento, com 12 paradas e 1 (um) elevador com percurso do pavimento térreo ao 12º pavimento, com 13 paradas.

III — Apresentação das propostas:

As firmas proponentes deverão enviar suas propostas em um envelope grande, devidamente lacrado, contendo dois outros menores, também lacrados, publicados e numerados n. 1 e n. 2.

1º) No envelope grande deverá ser indicado claramente o seguinte:

Destinatário: Diretoria de Obras Públicas do Estado de Santa Catarina

Rua Vidal Ramos, n. 78.

Florianópolis — Santa Catarina.

Indicação: Proposta para fornecimento de elevadores para a obra "Edifício das Diretorias".

Nome do proponente e respectivo endereço.

2º — O envelope menor, n. 1, deverá conter os seguintes documentos, todos com suas firmas reconhecidas:

a) quitação dos impostos federais, estaduais e municipais;

b) registro da firma na Junta Comercial competente, com dados de sua constituição;

c) cumprimento da lei de 2/3 (artigo 362, da Consolidação das Leis do Trabalho);

d) quitação do Imposto Sindical;

e) quitação com as Instituições de Seguro e Previdência Social (decreto-lei n. 2.765, de 9-11-1940);

f) capital registrado.

No caso de tratar-se de sociedade anônima, deverá ainda acompanhar os documentos acima:

a) um exemplar dos estatutos registrados;

b) publicação no órgão oficial das atas de assembleia geral de constituição, instalação e eleição da diretoria, devidamente registrados na Junta Comercial competente.

3º — O envelope menor n. 2, deverá conter:

a) a proposta propriamente dita, escrita à máquina, sem rasuras, selada, datada e assinada com firma reconhecida, válida no mínimo por 90 dias, com todas as especificações e esclarecimentos necessários e exigidos pelo presente edital de concorrência pública.

IV — Julgamento:

As propostas serão abertas no dia 20 de novembro de 1957, às 15,30 horas, no gabinete do diretor, na presença de todos os interessados.

O julgamento será feito por uma comissão a ser oportunamente designada por portaria do diretor de Obras Públicas.

Aprovado o julgamento pelo diretor, será a concorrência encaminhada ao Tribunal de Contas para devida registro da proposta vencedora.

Disposições finais

Reserva-se à Diretoria de Obras Públicas o direito de rejeitar em todo ou em parte qualquer proposta que não satisfizesse às condições do edital ou aos interesses do Estado, sem que caiba aos concorrentes qualquer indenização.

Os preços unitários e totais ofertados, deverão ser fixos.

Todas as dúvidas porventura oriundas e informações necessárias, poderão ser esclarecidas e obtidas na Secção Técnica da Diretoria de Obras Públicas, com o engenheiro Carlos J. J. Massucci, no período do expediente da tarde.

Diretoria de Obras Públicas, em Florianópolis, 16 de outubro de 1957.

Alzira Scholz Faisca, oficial administrativo, A-9.
(10-8) (9582)

SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETORIA DE VEÍCULOS E TRÂNSITO PÚBLICO

Edital de concorrência pública

De ordem do exmo. sr. Secretário da Segurança Pública, para quem interessar possa, torno público, que se acha aberta, com o prazo de trinta (30) dias, contados desta data, concorrência pública para o fornecimento do material de empacamento para o ano de 1958. O requerimento de inscrição, à concorrência pública dirigida ao exmo. sr. Secretário da Segurança Pública, deverá ser entregue à portaria da referida Secretaria, até às 10 horas do dia 22 de novembro de 1957, acompanhado além das provas de preços, amostras e dos documentos abaixo declarados:

1º — Certidão de que jamais deixaram de cumprir contratos com o Estado.

2º — Certidão que não são devedores às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, de taxas ou impostos relativos ao último semestre.

3º — Certidão que não estão demandando com o Estado.

4º — Certidão, que suas firmas estão regularmente inscritas na Junta Comercial competente.

5º — Certidão do Registro Industrial relativo ao ano de 1956.

6º — Certidão da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, provando ter sido apresentado, em tempo hábil a relação dos empregados.

7º — Certidão do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, provando a inscrição e o recolhimento ao referido Instituto, das contribuições relativas ao último exercício.

8º — Certidão provando o pagamento do Imposto de Consumo.

9º — Certidão provando o pagamento do Imposto de Renda.

10 — Certidão provando o pagamento do Imposto Sindical e a do recolhimento do mesmo descontado dos empregados.

11 — Certidão provando que a firma concorrente é sindicalizada.

12 — Certidão provando não estar em débito com referência a declaração de lucros extraordinários.

13 — Provas e qualidade do material, idoneidade e capacidade da firma proponente.

14 — Quitação Escolar.

15 — Declaração de que o material será entregue no prazo de trinta (30) dias, contados da data do pedido.

No caso dos concorrentes serem pessoas naturais jurídicas estrangeiras, deverão além dos requisitos acima enumerados, provar o cumprimento das exigências contidas no art. 2º, do decreto-lei federal n. 341, de 17 de março de 1938. Os documentos acima citados deverão trazer data posterior a este edital e firmas reconhecidas.

O Governo do Estado reserva-se o direito de escolher das propostas o material que mais lhe convier pelo preço ou qualidade já comprovada, bem como anular a concorrência se as propostas não convierem aos interesses da administração.

O material será entregue as Delegacias de Polícia, dentro do prazo de trinta dias contados da data do pedido. Os concorrentes deverão enviar dois envelopes, um contendo suas provas de idoneidade e os documentos exigidos pelo presente edital, outro com as propostas e amostras, ambos fechados, lacrados e rubricados, os quais serão abertos diante dos concorrentes presentes ao ato, no gabinete do exmo. sr. Secretário, às 15 horas do dia 22 de novembro de 1957.

Na entrega das propostas serão observadas rigorosamente as exigências do decreto-lei estadual n. 96-A, de 23 de abril de 1938.

Diretoria de Veículos e Trânsito Público, em Florianópolis, 22 de outubro de 1957.

Júlio Campos Gonçalves, diretor.
(10-6) (9796)

9º — Provas — As provas serão as seguintes:

a) Prova de sanidade e capacidade física, que terá por fim verificar se o candidato não apresenta doenças transmissíveis, alterações orgânicas ou funcionais dos diversos aparelhos e sistemas, bem como contra-indicação para o exercício do cargo, por anomalia morfológica ou funcional.

b) Prova de títulos, consistindo na apresentação de títulos que serão julgados de acordo com o seguinte:

I — Execução de obras de especialização em assuntos de enfermagem;

II — publicação de trabalhos de especialização em assuntos de enfermagem;

III — a) desempenho de comissão técnica devidamente comprovada; b) exercício de direção ou chefia de serviço de enfermagem devidamente comprovado; e c) aprovação em concurso de provas ou de títulos, para a carreira de Enfermeiro, realizado pela administração em geral (Federal, Estadual, Municipal ou Órgão Paraestatal).

8º — Só será habilitado o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 50 pontos.

9º — Observações gerais — a) a inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções, por parte do candidato, e o compromisso tácito de aceitar as condições do concurso, tais como aqui se acham estabelecidas; e

b) os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais.

Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais, em Florianópolis, em 23 de outubro de 1957.

Dante De Patta, presidente.

Concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Enfermeiro, do Quadro do Poder Executivo

Faço público achar-se aberta, pela Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais, a inscrição no concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Enfermeiro, do Quadro do Poder Executivo.

2. A inscrição será encerrada às 16 horas do dia 25 de novembro próximo vindouro.

3. As condições de realização do concurso são as que constam das Instruções Gerais (portaria n. 1, de 5 de junho de 1943) e Instruções Especiais baixadas pelo presidente da Comissão, com a portaria n. 39, de 23-10-1957.

4. O pedido de inscrição constará do preenchimento de uma ficha no local da inscrição. Juntamente com a ficha, o candidato deverá apresentar três cópias de fotografia de 3x4 cm, tirada de frente e sem chapéu. O candidato apresentará provas de quitação escolar e com o serviço militar.

5. Nenhuma ficha de inscrição será aceita sem que estejam preenchidos todos os claros ou quando apresentar rasura ou emendas.

6. Não estão sujeitos a limite de idade:

a) Os ocupantes efetivos de cargo público estadual;

b) os ocupantes de cargos providos em comissão;

c) os interinos e extranumerários que contarem, pelo menos três anos de efetivo exercício.

7. As provas serão as seguintes:

a) Prova de sanidade e capacidade física.

b) Prova de títulos.

8. Os candidatos habilitados, para que possam receber o certificado expedido por esta Comissão, que os habilitará em cargos de carreira para o qual foi aberto o concurso, deverão apresentar os seguintes documentos comprobatórios das declarações feitas no pedido de inscrição, a fim de ser verificado se satisfaziam, na época da inscrição, as condições aqui exigidas:

a) Prova de nacionalidade brasileira, constante da certidão de registro civil de nascimento, título de naturalização ou título declaratório de nacionalidade, caderneta ou certificado de reservista pela qual também se verifique não ter o candidato idade inferior a 18 anos nem superior a 40, na data da inscrição;

b) prova de identidade, constante de carteira oficial de identidade, de caderneta de reservista, de carteira profissional ou título eleitoral.

9. Além dos documentos referidos no item acima devem ser apresentados:

a) Atestado de vacinação ou revacinação antivaricélica, feita no máximo, até dois anos antes, passado por autoridade sanitária estadual;

b) atestado de bons antecedentes fornecido pela autoridade competente.

10. O candidato que não apresentar a documentação exigida perderá todos os direitos conferidos pela classificação, sem lhe caber direito a qualquer recurso ou indenização.

11. Apurada a falsidade ou inexatidão das declarações do candidato na ficha de inscrição é anulada esta, ficará êle, pelo prazo de três anos, proibido de inscrever-se em concurso ou provas de habilitação promovido por esta Comissão.

12. O pedido de inscrição significará a aceitação das normas aqui estabelecidas.

13. As instruções relativas ao presente concurso serão fornecidas no local da inscrição (Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais), rua Felipe Schmidt, n. 36.

14. O concurso será válido por dois

anos a partir da data da sua homologação pela Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais.

15. O presente edital será publicado três vezes no "Diário Oficial" do Estado.

Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais, em Florianópolis, 23 de outubro de 1957.

Dante De Patta, presidente.

(3-2)

PORTARIA N. 40

A Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais, resolve:

Baixar as seguintes Instruções Especiais, destinadas a regular o concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Inspetor de Trânsito, do Quadro do Poder Executivo.

Instruções Especiais destinadas a regular o concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Inspetor de Trânsito, do Quadro do Poder Executivo

No concurso serão observadas as seguintes condições:

1º — Nacionalidade — O candidato deverá ser brasileiro nato ou naturalizado na forma da lei.

2º — Sexo — Poderão inscrever-se somente candidatos do sexo masculino.

3º — Idade — Mínima 18 anos completos, à data do encerramento da inscrição; máxima 40 anos, à data da abertura da inscrição.

4º — Serviço militar e quitação escolar — O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, provas de quitação com o serviço militar e escolar.

5º — As provas do concurso serão as seguintes, todas de seleção.

a) Prova de sanidade e capacidade física, que terá por fim verificar se o candidato não apresenta doenças transmissíveis, alterações orgânicas ou funcionais dos diversos aparelhos e sistemas, bem como contra-indicação para o exercício do cargo, por anomalia morfológica ou funcional.

b) Prova escrita de Português, que compreenderá:

I — Ortografia oficial;

II — flexão do gênero, número e grau;

III — pronomes, sua colocação;

IV — redação de assuntos que se relacionam com o serviço.

c) Prova escrita de Aritmética, que compreenderá problemas sobre as quatro operações fundamentais.

d) Prova de História do Brasil constante de resolução de questões objetivas sobre assuntos do seguinte programa:

I — Descobrimento do Brasil;

II — Proclamação da República;

III — Governos do Estado até nossos dias.

e) Prática de serviço:

I — Topografia de Florianópolis;

II — localização dos edifícios públicos e seus serviços;

III — meios de transporte do Estado e da Capital;

IV — identificação dos veículos;

V — sinalização, em geral;

VI — Regulamento do Trânsito;

VII — fiscalização e exames de documentos;

VIII — urbanidade (forma de dirigir às autoridades, aos chefes hierárquicos, aos motoristas e ao público em geral).

6º — Cada uma das provas valerão até 100 pontos e só será habilitado o candidato que obtiver em cada uma delas grau igual ou superior a 50 pontos.

7º — Nota final — A nota final do candidato será a média aritmética das notas obtidas pelo candidato em todas as provas.

Só será considerado habilitado o candidato que obtiver, por essa forma, a nota igual ou superior a 50 pontos.

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESTADUAIS

PORTARIA N. 39

A Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais, resolve:

Baixar as seguintes Instruções Especiais, destinadas a regular o concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Enfermeiro, do Quadro do Poder Executivo.

Instruções Especiais destinadas a regular o concurso para provimento em cargo da classe inicial da carreira de Enfermeiro, do Quadro do Poder Executivo

No concurso serão observadas as seguintes condições:

1º — Nacionalidade — O candidato deverá ser brasileiro nato ou naturalizado na forma da lei.

2º — Sexo — Poderão inscrever-se candidatos de ambos os sexos.

3º — Idade — Mínima: 18 anos completos, à data do encerramento da inscrição; Máxima: 40 anos, à data da abertura da inscrição.

4º — Serviço militar — O candidato do sexo masculino deverá apresentar, no ato da inscrição, prova de quitação com o serviço militar.

5º — Quitação escolar — O candidato quer do sexo masculino, quer do sexo feminino, deverá apresentar, no ato da inscrição, prova de quitação escolar.

6º — Diploma — O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, diploma de enfermeiro, expedido na forma da lei, devidamente registrado na repartição competente ou certificado que comprove o término do curso oficial.

Em caso de empate será observada a seguinte ordem de preferência para o desempate:

- a) Melhor prova de Português;
- b) melhor prova de História do Brasil;
- c) melhor prova de prática de serviço.

8º — Observações gerais — a) A inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções, por parte do candidato, e o compromisso tácito de aceitar as condições do concurso, tais como aqui se acham estabelecidas; e

b) os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais.

Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais, em Florianópolis, 24 de outubro de 1957.

Dante De Patta, presidente.

Concurso de prova para provimento em cargo da classe inicial da carreira de Inspetor de Trânsito, do Quadro do Poder Executivo

Faço público, achar-se aberta, pela Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais, a inscrição no concurso de provas para provimentos em cargos da classe inicial da carreira de Inspetor de Trânsito, do Quadro do Poder Executivo.

2. A inscrição será encerrada às 16 horas do dia 26 de novembro próximo vindouro.

3. As condições de realização do concurso são as que constam as Instruções Gerais (portaria n. 9, de 12-11-43) e Instruções Especiais baixadas pela portaria n. 40, de 24-10-57, da Cespe.

4. O pedido de inscrição constará do preenchimento de uma ficha fornecida no local da inscrição. Juntamente com a ficha, o candidato deverá apresentar três cópias de fotografias 3x4 cm., de frente e sem chapéu. O candidato apresentará prova de quitação escolar e com o serviço militar.

5. Nenhuma ficha de inscrição será aceita sem que estejam preenchidos todos os claros ou quando apresentar rasura ou emendas.

6. Não estão sujeitos a limites de idade:

- a) Os ocupantes efetivos de cargo público estadual;
- b) os ocupantes de cargos providos em comissão;
- c) os militares da ativa;
- d) os interinos e extranumerários que contarem pelo menos, 3 anos de efetivo exercício.

7. As provas serão as seguintes:

- a) Prova de sanidade e capacidade física;
- b) prova de Português;
- c) prova de Aritmética;
- d) prova de prática de serviço;
- e) prova de História do Brasil.

8. Os candidatos habilitados, para que possam receber o certificado expedido por esta Comissão, que os habilitará em cargos de carreira para o qual foi aberto o concurso, deverão apresentar os seguintes documentos

comprobatórios das declarações feitas no pedido de inscrição a fim de ser verificado se satisfaziam, na época da inscrição, as condições aqui exigidas:

- a) Prova de nacionalidade brasileira, constante de certidão de registro civil de nascimento, título de naturalização ou título declaratório de nacionalidade, caderneta ou certificado de reservista, pela qual também se verifique não ter o candidato idade inferior a 21 anos, nem superior a 40 na data da inscrição;
- b) prova de identidade, constante de carteira oficial de identidade, da caderneta de reservista, de carteira profissional ou título eleitoral.

9. Além dos documentos referidos no item acima devem ser apresentados:

- a) Atestado de vacinação ou revacinação anti-variólica, feita, no máximo, até dois anos antes, passado por autoridade sanitária estadual;
- b) atestado de bons antecedentes fornecido pela autoridade competente.

10. Apurada a falsidade ou inexistência das declarações do candidato na ficha de inscrição e anulada esta, ficará ele, pelo prazo de três anos, proibido de inscrever-se em concurso, ou provas de habilitação promovido por esta Comissão.

11. O pedido de inscrição significará a aceitação das normas aqui estabelecidas.

12. As instruções relativas ao presente concurso serão fornecidas no local da inscrição (Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais), rua Felipe Schmidt, n. 38.

13. O concurso será válido por dois anos a partir da data da sua homologação pela omissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais.

O presente edital será publicado por três vezes no "Diário Oficial" do Estado.

Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais, em Florianópolis, 25 de outubro de 1957.

Dante De Patta, presidente. (9838)

PARECER N. 1.028/57

Maria Olinda Walker, ocupante do cargo de Professor diarista, lotado no Grupo Escolar "Nossa Senhora da Saleta", de Maravilha, distrito de Cunha Porã, município de Palmitos, requer licença para tratamento de saúde.

2. Segundo preceitua o art. 37 do decreto-lei n. 1.023, de 29-5-1944 as disposições legais que regulam para os funcionários, as licenças são extensivas somente ao pessoal contratado e extranumerário e mensalistas.

Assim, somos pelo indeferimento.

S.S., em 4 de junho de 1957, Dante De Patta, presidente Hamilton J. Hildebrand, relator. Alcides H. Ferreira Moacyr de Oliveira De acordo. (ass.) Jorge Lacerda

**MINISTÉRIO DA MARINHA
COMANDO DO 5º DISTRITO NAVAL
DIVISÃO DE INTENDENCIA**

Edital de concorrência

1. De ordem exmo. sr. Contra-Almirante comandante, comunico aos senhores interessados que no dia vinte de novembro do corrente ano, às 15.00 horas, na sala de reuniões de 5º Distrito Naval, à rua Nunes Machado, nesta cidade, serão recebidas, abertas, examinadas quanto aos seus detalhes de confecção e rubricadas pelos presentes, as propostas para o fornecimento e prestação de serviços aos estabelecimentos navais sediados em Florianópolis e aos navios da Marinha de Guerra surtos neste porto, durante o 1º quadrimestre de 1958, dos artigos dos seguintes grupos da nomenclatura oficial em vigor na Marinha a saber:

- Grupo 5 — Bandeiras das nações e sinais — Material para confecção;
- Grupo 6 — Ancoras e amarras;
- Grupo 8 — Instrumentos para navegação;
- Grupo 9 — Embarcações miúdas;
- Grupo 10 — Caldeiras e máquinas para lanças;
- Grupo 11 — Bombas e seus pertencentes;
- Grupo 12 — Sobressalentes para serviço de Marinharia e palamenta de embarcações miúdas;
- Grupo 13 — Utensílios e ferramentas para praça de máquinas e caldeiras;
- 14 — Lubrificantes;
- Grupo 15 — Cabos e fios elétricos isolados;
- Grupo 16 — Material de radiotelegrafia;
- Grupo 17 — Material elétrico;
- Grupo 18 — Instrumentos e aparelhas de medidas;
- Grupo 19 — Poleames, talhas;
- Grupo 20 — Material de limpeza;
- Grupo 21 — Cabos de fibra;
- Grupo 22 — Cabos de arame;
- Grupo 23 — Utensílios para navios;
- Grupo 24 — Lonas — tecidos para serviços diversos;
- Grupo 25 — Motores;
- Grupo 26 — Mobiliários;
- Grupo 27 — Rouparia e tapeçaria;
- Grupo 28 — Artigos sem aplicação original;
- Grupo 29 — Escafandria;
- Grupo 30 — Artigos para banheiro e serviços sanitários;
- Grupo 31 — Artigos para iluminação (não elétrica);
- Grupo 32 — Material isolante de calor;
- Grupo 33 — Artigos para enganchamento e juntas;
- Grupo 34 — Couro, correias, mangueiras, tubos de borracha e acessórios;
- Grupo 35 — Material escolar e de desenho;
- Grupo 36 — Equipamento para banda marcial;
- Grupo 37 — Artigos para desporto;
- Grupo 38 — Utensílios para pintura;
- Grupo 39 — Madeiras;
- Grupo 40 — Máquinas, ferramentas e acessórios;
- Grupo 41 — Ferramentas manuais;
- Grupo 42 — Ferragens (inclusive para-fusos para madeira);
- Grupo 43 — Parafusos para metal, porcas, arruelas e rebites;
- Grupo 44 — Tubos, canos e utensílios para canalização de água, gás e vapor;
- Grupo 46 — Metal em barras em cantoneiras;
- Grupo 47 — Metal em chapas;
- Grupo 50 — Material de fundição;
- Grupo 51 — Ácidos e crogas;
- Grupo 52 — Tintas e vernizes;
- Grupo 53 — Material de expediente;
- Grupo 54 — Material para imprensa;
- Grupo 55 — Fardamentos e artigos para confecção;
- Grupo 56 — Munição de boca (mantimentos, carne, peixe; padaria; aves; verduras e frutas, etc.);
- Grupo 57 — Medicamentos e utensílios de farmácia;
- Grupo 58 — Material de transporte terrestre (sobressalentes e acessórios para automóveis);
- Grupo 59 — Material para construção civil;
- Grupo 60 — Caldeiras e máquinas para navios;

- Grupo 61 — Material médico-cirúrgico, odontológico, roupas e artigos diversos para uso das enfermarias;
- Grupo 62 — Material para rancho de oficiais e sub-oficiais;
- Grupo 63 — Material para rancho de praças;
- Grupo 64 — Material para cozinhas e copas;
- Grupo 65 — Lava-louças a vapor;
- Grupo 66 — Aparelhos e máquinas para serviço de imprensa; e
- Grupo 67 — Aparelhos, acessórios e equipamentos para Arsenais e oficinas; e prestação de serviços.

I — Das inscrições

- 1. Todas as firmas interessadas deverão estar previamente inscritas na Divisão de Intendencia deste Comando.
- 2. As inscrições devem ser processadas de acordo com o que determina o Edital Geral da Diretoria de Intendencia da Marinha publicado no Diário Oficial n. 225, de 1-10-57 — páginas 23,055/58.
- 3. São consideradas firmas inscritas as que satisfizerem as exigências do inciso VI, da letra b, do referido Edital Geral.
- 4. O recebimento de requerimentos solicitando inscrição, com validade para a concorrência de que trata o presente edital, terminará irremediavelmente no dia treze de novembro do corrente ano, e a assinatura dos respectivos termos no dia 15 do mesmo mês.

II — Das propostas

- 1. Não serão tomadas em consideração as propostas que não estejam rigorosamente de acordo com os termos deste edital, bem como do Edital Geral da Diretoria de Intendencia da Marinha e o Regulamento Geral de Contabilidade Pública.
- 2. As propostas deverão ser apresentadas em envelopes fechados e lacrados, contendo cada envelope um único Grupo de material.
- 3. As propostas deverão ser apresentadas em duas vias, de acordo com os modelos fornecidos pela Divisão de Intendencia deste Comando.
- 4. As relações do material a ser concorrendo serão distribuídas aos interessados inscritos, mediante recibo, diariamente das 09.00 às 2.00 e das 11.00 às 17.00 horas, com exceção dos sábados, na Divisão de Intendencia, deste Comando.
- 5. As firmas interessadas deverão obter todos os esclarecimentos de natureza técnica, relativo ao material a ser fornecido na Divisão de Intendencia deste Comando, elementos estes imprescindíveis à citação dos preços a serem oferecidos.
- 6. As propostas deverão conter uma declaração expressa dos interessados dizendo ter pleno e satisfatório conhecimento das especificações e amostras do material que se propõem fornecer. A falta desta declaração importará na exclusão integral da proposta.
- 7. As propostas deverão conter, ainda, uma declaração de completa submissão ao Edital Geral de 1-10-57, ao presente edital e ao Regulamento Geral de Contabilidade Pública, declaração essa que terá força contratual, face à legislação vigente.
- 8. Serão sumariamente excluídas as propostas que não contiverem os preços unitários por extenso, bem como aquelas que contiverem emendas ou rasuras.

III — Do julgamento das propostas

- 1. O julgamento das propostas será feito de acordo com o que preceitua o Regulamento Geral de Contabilidade Pública, a respeito, bem como o que determina o Edital Geral de 1-10-57 e o presente edital de concorrência.
- 2. O fornecimento, será adjudicado aos proponentes que oferecerem preços mais baixos, por mínima que seja a diferença entre estes e os de qualquer outra proposta, não podendo os mesmos excederem de 10% dos preços correntes da praça, sob pena de anulação da concorrência (arts. 743, 755 do R. G. C. P.).
- 3. Em igualdade de condições terão sempre preferência os proponentes nacionais (art. 742 do R. G. C. P.).
- 4. Em caso de empate entre duas propostas, será o fornecimento adjudicado ao proponente que conceder maior abatimento sobre os preços dados. Se nenhum deles concordar em conceder abatimento, proceder-se-á a sorteio, pa-

REPARTIÇÕES FEDERAIS E AUTARQUICAS

MINISTÉRIO DA VIACAO E OBRAS PUBLICAS

Departamento dos Correios e Telégrafos

DIRETORIA REGIONAL DE SANTA CATARINA

Edital

O secretário da Comissão de Inquérito designada pela portaria número 327, de 13 de setembro de 1957, do senhor diretor regional dos Correios e Telégrafos de Santa Catarina, em cumprimento da ordem do sr. presidente e tendo em vista o disposto no § 2º do artigo 222

do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, cita, pelo presente edital, Silvio Santos, Mensageiro, referência "5", para, no prazo de quinze dias, a partir da publicação deste, comparecer na sede desta Diretoria Regional, na sala anexa a Chefia de Linhas e Instalações, a fim de apresentar defesa escrita, dentro de dez dias, no processo administrativo a que responde, sob pena de revelia. Florianópolis, 16 de outubro de 1957.

Ivan Carlos Schmidt, manipulante de Tráfego, referência 13.

(3-1)

(3328)

ra decidir a qual dos proponentes caberá a adjudicação (art. 756, do R. G. C. P.).

5. O Comandante do 5º Distrito Naval se reserva o direito de estipular uma segunda condição que no caso de abso-luta igualdade entre duas propostas, com direito a melhor classificação, seria para decidir a quem cabe a preferência (art. 744 do R. G. C. P.).

7. O Comandante do 5º Distrito Naval dos artigos do Subgrupo "Manuten-tos", do Grupo 56, Município de bô-ca, ao licitante que menor valor ofere- cer para a ração diária, em base dos preços cotados em suas propostas e nas

tabelas de rações em vigor neste Minis- tério.

IV — Disposições gerais

De acordo com o inciso XVI, da alínea c, do edital geral, publicado no "Diário Oficial" n. 225, de 1.10.57, pá- ginas 23.055/58, fica estabelecida uma cota de 10% sobre o valor do forne- cimento para caução de garantia do fer- necimento.

Comando do 5º Distrito Naval, Fló- riópolis, S/C., em 1º de novembro de 1957.
José Moreira Leite, capitão de Cor- veta (IM) — em irrogado da Divisão de Indentência.

(3-2)

(3381)

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

INDÚSTRIAS DE BEBIDAS PRESSANTO S. A.

Aviso

Avisamos aos senhores acio- nistas que por deliberação da as- sembléia geral extraordinária realizada em 21 do corrente, a diretoria ficou autorizada a au- mentar o capital social de cinco para seis milhões de cruzeiros, e convidamo-los a exercerem o di- reito de preferência na subscri- ção do referido aumento, direito o qual vigorará até 30 de novem- bro p. vindouro.

Caçador, 23 de outubro de 1957.

Adelmyr Pressanto, diretor- presidente.

(3386)

VIII-VINICOLA CAÇADOR S. A.

Assembléia geral extraordinária

São convidados os senhores acionistas a assistirem a assem- bléia geral extraordinária, que se realizará no dia 6 de novem- bro de 1957, na sede da Socie- dade, à Rua Mauá, s/n., nesta cidade, a fim de deliberarem e aprovarem o empréstimo Agri- cola e Industrial efetuado no Banco do Brasil S/A., agência de Caçador.

Caçador, 6 de outubro de 1957.

Santo Cereser, diretor-comer- cial.

Antônio Vivan, diretor-tesou- reiro.

(3-1)

(3387)

INDÚSTRIAS DE MADEIRAS MAFRA S. A.

Assembléia geral ordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital, ficam os senhores acionistas, convocados para a assembléia geral ordinária a realizar-se no dia 30 de novembro do corrente ano, às 14 horas, na sede social desta firma, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Aprovação do balanço geral;

2º — eleição da nova direto- ria;

3º — eleição do conselho fis- cal e seus suplentes;

4º — assuntos de interesse da sociedade.

Maфра, 26 de outubro de 1957.

Ernesto Wassmandorff, dire- tor-presidente.

Edemar Evers, diretor-geren- te.

(3-1)

(3388)

AGRICOLA INDUSTRIAL OLSEN S. A. (Em Constituição)

Assembléia preliminar de constituição

CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores interessados a comparecerem à rua Dona Francisca, s/n., no dia 12 (doze) de novembro de 1957, (hum mil novecentos e cinquenta e sete), às 10,00 ho- ras, na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, a fim de reunidos em assembléia geral, deliberarem sobre a se- guinte

Ordem do dia

a) Nomeação de 3 (três) pe- ritos para procederem a avalia- ção de bens móveis e imóveis que integrarão o futuro patri- mônio social;

b) outros assuntos de inter- esse da sociedade em organi- zação.

Rio Negrinho, 30 de outubro de 1957.

Luiz Bernardo Olsen, funda- dor.

(3-1)

(3392)

CINE TEATRO REAL S. A.

Assembléia geral extraordinária

São convidados os senhores acio- nistas a se reunirem em assembléia geral extraordinária, na sede social, à Avenida Cônsul Carlos Renaux n. 58, nesta cidade, às 20 horas do dia 7 de novembro do ano corrente, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Proposta da diretoria, com parecer favorável do conselho fiscal, para aumento do capital social e mo- dificação parcial dos estatutos;

2º — assuntos de interesse social.

Brusque, 28 de setembro de 1957.

Arno Carlos Gracher, diretor-gerente.

Bernardo Kirchner, diretor-técnico.

(3-2)

(3382)

COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES G. SOCAS S. A.

Assembléia geral extraordinária

1ª CONVOCAÇÃO

Convida-se os senhores acionistas Comércio e Representações G. Socas S. A., para participarem da sessão de assembléia geral extraordinária, que será realizada a 16 de novembro de 1957, às 15 (quinze) horas, na sede social, sita a rua Coronel Córdova, n. 290, na cidade de Lajes, para delibe- rarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Eleição dos novos diretores, presidente e secretário, dado a re- núncia dos atuais.

2º — Assuntos de interesse da so- ciedade.

Lajes, 26 de outubro de 1957.

Newton Ramos, diretor-presidente.

(3-3)

(3359)

COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS RIO DO SUL S. A.

Assembléia geral ordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas da firma "Comércio de Automóveis Rio do Sul S. A.", a comparecerem à assembléia geral ordinária a realizar- se no dia 9 de dezembro de 1957, às 10 horas na sede social, à Avenida 7 de Setembro, s/n., para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Exame, discussão e aprovação do relatório da diretoria, referente ao exercício findo em 30 de setembro de 1956, balanço geral, conta de lucros e perdas e parecer do conselho fis- cal.

2º — Eleição da nova diretoria.

3º — Eleição do conselho fiscal.

4º — Assuntos de interesse social.

Rio do Sul, 19 de outubro de 1957.

João Buatim, diretor-presidente.

(3-3) (3351)

AGRO INDUSTRIAL BELCHIOR S. A.

Assembléia geral ordinária

CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acio- nistas para se reunirem em assem- bléia geral ordinária, no dia 21 (vin- te e um) de dezembro do corrente ano, às 8 (oito) horas, na sede social, a fim de deliberarem sobre a se- guinte

Ordem do dia

1º — Aprovação do balanço, de- monstração da conta de lucros e per- das e contas referente ao exercício encerrado em 30 de setembro do cor- rente ano, bem como o parecer do conselho fiscal e relatório da dire- toria.

2º — Eleição do conselho fiscal.

3º — Assuntos de interesse social.

Aviso

Acham-se à disposição dos senho- res acionistas, no escritório desta firma, os documentos a que se refe- re o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Belchior, 16 de outubro de 1957.

Rodolfo A. Schmitz, diretor-pre- sidente.

Francisco Schmitt, diretor-gerente.

(3-2)

(3379)

BERNHARDT IRMAOS S. A.

(Em liquidação)

Assembléia geral extraordinária

Pelo presente comunicamos aos sra- cionistas desta sociedade, a compa- recerem à assembléia geral extraor- dinária que se realizará no dia 1º de dezembro de 1957, às 9 (nove) horas numa das dependências do Hotel Elite, desta cidade, para deliberarem so- bre a seguinte

Ordem do dia

1º — Eleição do novo liquidante.

2º — Assuntos de interesse geral da sociedade.

Ewald Bernhardt, liquidante.

(3-3)

(3354)

FACULDADE DE DIREITO DE SANTA CATARINA

EDITAL N. 21

Marca o horário para as seguin- tes provas parciais do corrente ano letivo

De ordem do senhor doutor Pedro de Moura Ferro, diretor, em exercí-

cio, da Faculdade de Direito de San- ta Catarina, torno público para co- nhecimento dos interessados, que fi- ca marcado pelo Conselho Técnico Administrativo, o horário para as segundas provas parciais do corrente ano letivo, na forma abaixo:

1º ano

Introdução à Ciência do Direito — Dia 16 de novembro, às 9 horas.

Direito Romano — Dia 18 de novem- bro, às 17 horas.

Economia Política — Dia 19 de novem- bro, às 17 horas.

Teoria Geral do Estado — Dia 20 de novembro, às 17 horas.

2º ano

Direito Civil — Dia 16 de novem- bro, às 9 horas — 1ª turma (constan- te dos números 1 (um) a trinta e quatro (34) inclusive); dia 18 de novem- bro, às 17 horas — 2ª turma (constante dos números trinta e cin- co (35) a sessenta e oito (68) inclu- sive.

Direito Penal — Dia 19 de novem- bro, às 17 horas — 1ª turma; dia 20 de novembro, às 17 horas — 2ª turma.

Direito Constitucional — Dia 21 de novembro, às 17 horas — 1ª turma; dia 22 de novembro, às 17 horas — 2ª turma.

Ciência das Finanças — Dia 23 de novembro, às 17 horas — 1ª turma; dia 26 de novembro, às 17 horas — 2ª turma.

3º ano

Direito Penal — Dia 16 de novem- bro, às 9 horas — 1ª turma (constan- te do número 1 (um) a trinta e seis (36) inclusive); dia 18 de novembro, às 17 horas, 2ª turma, constante dos números trinta e sete (37) a setenta e dois (72).

Direito Civil — Dia 19 de novem- bro, às 17 horas — 1ª turma; dia 20 de novembro, às 17 horas — 2ª tur- ma.

Direito Internacional Público — Dia 21 de novembro, às 17 horas — 1ª turma; dia 22 de novembro, às 17 horas — 2ª turma.

Direito Comercial — Dia 23 de novem- bro, às 9 horas — 1ª turma; dia 26 de novembro, às 17 horas, 2ª tur- ma.

4º ano

Direito Civil — Dia 16 de novem- bro, às 9 horas — turma única.

Direito Judiciário Civil — Dia 18 de novembro, às 17 horas, 1ª turma, constante do número 1 (um) a qua- renta e um (41), inclusive; dia 19 de novembro, às 17 horas — 2ª turma, constante dos números quarenta e dois (42) a oitenta e um (81).

Direito Comercial — Dia 20 de novem- bro, às 17 horas — 1ª turma; dia 21 de novembro, às 17 horas, 2ª tur- ma.

Medicina Legal — Dia 26 de novem- bro, às 17 horas — 1ª turma; dia 27 de novembro, às 17 horas, 2ª tur- ma.

5º ano

Direito Judiciário Civil — Dia 16 de novembro, às 9 horas.

Direito Internacional Privado — Dia 18 de novembro, às 17 horas.

Direito Civil — Dia 19 de novem- bro, às 17 horas.

Direito Administrativo — Dia 20 de novembro, às 17 horas.

Direito do Trabalho — Dia 21 de novembro, às 17 horas.

Direito Judiciário Penal — Dia 22 de novembro, às 17 horas.

As bancas examinadoras serão de- signadas oportunamente.

Somente poderão prestar às segun- das provas parciais os alunos que tenham requerido no prazo previsto.

E, para que chegue ao conhecimen- to de todos, fêz-se o presente edital, que será publicado no "Diário Ofi- cial" do Estado e afixado nesta Fa- culdade no lugar de costume.

Florianópolis, 4 de novembro de 1957.

Oswaldo Bulcão Vianna, diretor da Secretaria.

Visto — Prof. Pedro de Moura Ferro, diretor, em exercício.

(3391)

DIÁRIO DA JUSTIÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO III

Florianópolis, 7 de novembro de 1957

NÚMERO 471

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS

Ao exmo. sr. desembargador presidente do Tribunal de Justiça, o dr. Moacyr Marques Morado, diretor-social da Associação dos Magistrados Brasileiros, solicitou a publicação, no "Diário da Justiça", estadual, do apêlo que se segue:

"O juiz Moacyr Marques Morado, diretor-social da Associação dos Magistrados Brasileiros, no intuito de tornar mais preciso o fichário do Departamento Social, solicita a todos os senhores magistrados, sócios da referida entidade que, no mais breve prazo, remetam à Associação (Rua México 128 — 5º andar — Caixa Postal 1.743) os seguintes dados:

- 1 — Nome por extenso.
 - 2 — Data do nascimento.
 - 3 — Data da 1ª investitura em cargo da magistratura.
 - 4 — Cargo que ocupa atualmente".
- (3-2) (10085)

Edital n. 383

Faço público que, na sessão da 1ª Câmara Civil, desta data, foram distribuídos os seguintes feitos:

Agravo de petição n. 159, de Urussanga, agravante Fransilviana, Companhia Nacional de Seguros e agravado Waldemar Romancini. Relator o sr. des. Patrício Gallotti.

Apelação de desquite n. 1.361, de Campos Novos, apelante o dr. juiz de direito e apelados João Arno Lasker e sua mulher. Relator o sr. des. Adão Bernardes. Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, 4 de novembro de 1957.

Nair Caldeira Gonzaga, secretário.

Edital n. 1.661

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, nesta cidade de Florianópolis, em a sala das sessões do Tribunal de Justiça, onde se encontrava o excelentíssimo senhor desembargador Vitor Lima, juiz semanário da segunda Câmara Civil, comigo, ajudante de escrivão, abaixo assinado, aberta a audiência com as formalidades legais, procedeu-se a publicação do seguinte acórdão:

Apelação de desquite n. 1.337, de Florianópolis, relator o exmo. sr. des. Vitor Lima, apelante dr. juiz de direito, "ex-officio", apelados João Raimundo Filho e sua mulher: "por unanimidade de votos, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para confirmar a sentença recorrida. Sem custas".

Maurício d'Avila, ajudante, no imp. ocas. do sr. escrivão.

(10,093)

Edital n. 3.774

De ordem do exmo. sr. des. presidente da 1ª Câmara Civil, torna público que, de acordo com o § 4º, do artigo 874, do Código de Processo Civil, serão julgados no dia 21 do corrente, os seguintes autos:

Agravo de petição n. 141, da comarca de Criciúma, em que é agravante Cia. de Seguros Minas Brasil e agravado Antônio Geraldo dos Santos. Relator o sr. des. Osmundo Nóbrega.

Apelação civil n. 4.099, da comarca de Campos Novos, em que são apelantes Ascânio Bottini e sua mulher e apelado Henrique Rupp Júnior. Relator o sr. des. Osmundo Nóbrega revisores os srs. des. Alves Pedrosa e Ivo Guilhon.

Apelação civil n. 4.267, da comarca de Porto União, em que é apelante Indústria de Pasta Mecânica Ltda. e são apelados João Schimanski e Arthur Werle. Relator o sr. des. Osmundo Nóbrega, revisores os srs. des. Alves Pedrosa e Ivo Guilhon.

Apelação civil n. 4.142, da comarca de Tubarão, em que é apelante Virginia Maria Dias e são apelados Alcides Avila e outros. Relator o sr. des. Alves Pedrosa, revisores os srs. des. Ivo Guilhon e Osmundo Nóbrega.

Apelação civil n. 4.180, da comarca de Campos Novos, em que é apelante Comercial e Industrial Antônio Viel Ltda. e são apelados Afonso D'Agostini e sua mulher. Relator o sr. des. Alves Pedrosa, revisores os srs. des. Ivo Guilhon e Osmundo Nóbrega.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, 4 de novembro de 1957.

Nair Caldeira Gonzaga, secretário.

(10,084)

Na sessão da 1ª Câmara Civil, realizada no dia 31 de outubro p. passado, foram julgados os seguintes feitos:

1) Apelação civil n. 4.098, da comarca de Campos Novos (3 volumes), em que são apelantes Ascânio Bottini e sua mulher e apelados João Caripuna de Souza, sua mulher e outros. Relator o sr. des. Alves Pedrosa, decidindo a Câmara, por unanimidade de votos, conhecer da apelação e dos agravos no auto do processo e negar-lhes provimento, para confirmar a sentença apelada. Custas pelos apelantes. Usou da palavra o sr. dr. Henrique Rupp Júnior, que defendeu os interesses dos seus constituintes.

2) Apelação civil n. 4.260, da comarca de Florianópolis, (2 volumes), em que é apelante a Fazenda do Estado de Santa Catarina e apelados sr. Nayá Gonzaga de Sampaio e seu filho menor Roberto Sampaio Sobrinho. Relator o sr. des. Osmundo Nóbrega, decidindo a Câmara por unanimidade de votos, dar provimento, em parte, à apelação, para fixar em Cr\$ 5.134,00 a pensão mensal que o Estado deverá pagar aos autores, e os honorários de advocacia em 15% sobre o capital necessário para a aquisição de títulos da dívida pública federal que rendam, mensalmente, quantia correspondente à pensão acima fixada, mantidas as demais disposições da sentença apelada. Custas, em proporção.

3) Apelação civil n. 4.162, da comarca de Tubarão, em que é apelante Leonor Sampaio Gomes e apelado Rubens Gomes. Relator o sr. des. Osmundo Nóbrega, decidindo a Câmara, unanimemente, dar provimento à apelação para fixar a pensão alimentícia para ser paga pelo apelado em Cr\$ 1.000,00, sendo Cr\$ 500,00 para a mulher e Cr\$ 500,00 para os dois filhos. Custas pelo apelado.

4) Apelação civil n. 4.169, da comarca de Criciúma, em que é apelante o representante do Ministério Público e apelado Marcelino José Arcênio e sua mulher. Relator o sr. des. Osmundo Nóbrega, decidindo a Câmara, por votação unânime, anular o processo, a partir de fls. 12, por inobservância do disposto no artigo 455 e seus parágrafos, do Código de Processo Civil. Custas na forma da lei.

5) Apelação civil n. 4.029, da comarca de Florianópolis, em que são apelantes e apelados Guilhermina Henriqueta Furtado e Floriana Clementina de Jesus. Relator o sr. des. Alves Pedrosa, decidindo a Câmara, unanimemente, negar provimento à apelação interposta por

Floriana Clementina de Jesus e dar provimento à apelação de Guilhermina Henriqueta Furtado, ressalvando, à primeira o direito de pleitear os prejuízos porventura sofridos. Custas, na forma do artigo 78, do Código de Processo Civil.

6) Apelação civil n. 3.971, da comarca de Jaraguá do Sul, em que é apelante o dr. juiz de direito e apelada a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul. Relator o sr. des. Alves Pedrosa, decidindo a Câmara, por votação unânime, conhecer da apelação e negar-lhe provimento, para confirmar a sentença apelada. Custas na forma da lei.

7) Apelação civil n. 4.220, da comarca de Palhoça, em que é apelante Guilhermino Emilliano Pereira e apelada Ana Matilde Pereira. Relator o sr. des. Ivo Guilhon, decidindo a Câmara, unanimemente, conhecer da apelação e negar-lhe provimento, para confirmar a sentença apelada. Custas pelo apelante.

8) Apelação civil n. 4.026, da comarca de Criciúma, em que é apelante o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e apelada a Companhia Carbonífera Metropolitana. Relator o sr. des. Ivo Guilhon, decidindo a Câmara, por votação unânime,

me, não conhecer do recurso por incompetente e determinar a remessa dos autos ao egrégio Tribunal Federal de Recursos.

9) Apelação civil n. 4.056, da comarca de Lajes, em que são apelantes Católico Ribeiro de Campos e sua mulher e apelados Jardelino Maria de Lima e sua mulher. Relator o sr. des. Ivo Guilhon, decidindo a Câmara, por unanimidade de votos, dar provimento à apelação, para reformando a sentença apelada, reconhecer o usucapião a favor do autor, sobre a área descrita na inicial, excluindo-se desta a posse localizada aos apelados. Custas, em proporção.

10) Apelação de desquite n. 1.336, da comarca de Chapecó, em que é apelante o dr. juiz de direito e apelados Afonso Simon e sua mulher. Relator o sr. des. Alves Pedrosa, decidindo a Câmara, unanimemente, converter o julgamento em diligência a fim de que sejam satisfeitas as exigências da Procuradoria Geral do Estado. Custas finais.

Lilian Gonzaga, enc. da Jurisprudência.

Paulo Gonzaga Martins da Silva, secretário.

(10,063)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

ALISTAMENTO ELEITORAL

A Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral torna público aos interessados, que foi instalado um gabinete fotográfico que fornecerá, gratuitamente, fotografias para títulos eleitorais, funcionando em sala apropriada, na Secretaria do TRE, no expediente das 13 às 18 horas e aos sábados, das 9 às 12 horas.

O alistando comparece ao cartório eleitoral da Zona de sua residência, preenche o formulário de inscrição, assina o título e a folha individual de votação, recebendo em seguida uma requisição para fornecimento de fotografia. Com esta, apresenta-se ao gabinete fotográfico onde será atendido e sua fotografia diretamente entregue ao cartório eleitoral.

FÓRO DA CAPITAL

REGISTRO CIVIL

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Jorge Augusto Penedo e Thereshina de Jesus Pires, solteiros, domiciliados e residentes nesta Capital, naturais deste Estado. Ele, funcionário público estadual, nascido nesta Capital, filho de João Cláudio Penedo e Alice Machado Penedo. Ela, doméstica, nascida em distrito de Lagoa, filha de Waldemiro Ângelo Pires e Marcia Júlia Pires.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Florianópolis, 23 de outubro de 1957.

Maria de Lourdes Caldas, pelo oficial.

(3396)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Jorge Alves e Cecília Costa, solteiros, naturais deste Estado. Ele do-

miciado e residente em Saco dos Limões, funcionário público, filho de Plácido Sérgio Alves e Maria de Andrade Alves. Ela, domiciliada e residente neste sub-distrito, doméstica, filha de Nicolau Costa e Laura Davina Costa.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Trindade, 23 de outubro de 1957. Anna Cardoso da Costa, escrevente juramentada.

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Eugênio Vigganigo e Leonor Maria Bernardes, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste sub-distrito. Ele, operário, filho de Thomaz Francisco Vigganigo e Maria Anna de Jesus. Ela, doméstica, filha de Venâncio Joaquim Bernardes e Maria Conceição Bernardes.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Trindade, 28 de outubro de 1957. Anna Cardoso da Costa, escrevente juramentada.

(3428)